

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

---

**DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE**

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 23228.001.663/2022-04

Pregão: 04/2023 – IFAP

Item: 04

**I - DO OBJETO:**

Trata-se de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cujo objeto é o Registro de Preços para a aquisição de Aparelhos e Equipamentos Diversos, em atendimento às demandas da Reitoria e dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, tais: Macapá, Santana, Porto Grande, Laranjal e Oiapoque.

**II - DOS FATOS:**

Após a fase de disputa de lances do Pregão Eletrônico 04/2023, a empresa HKA TEC-NOLOGIA DO BRASIL LTDA – CNPJ: 19.729.347/0001-06, (aqui denominada RECORRIDA) classificou-se em primeiro lugar no item – 04 deste pregão, por haver oferecido a melhor proposta durante a fase de disputa de lances.

Após a avaliação e análise documental necessária, a proposta foi aceita, habilitada e a empresa HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA declarada inicialmente vencedora desse item, conforme encontra-se registrado na ata de realização do Pregão.

Inconformada com a decisão, a empresa 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ: 20.174.368/0001-83, (aqui denominada RECORRENTE), apresentou tempestivamente intenção de recurso, exigindo a revisão do pregoeiro quanto a decisão de haver declarado a empresa HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA como vencedora do item – 04, alegando inicialmente que a RECORRIDA descumpriu exigências do edital, e que tais fatos serão comprovados em suas razões recursais a serem apresentadas.

**III - DAS RAZÕES APRESENTADAS NO RECURSO DA RECORRENTE:**

A Recorrente pleiteia a revogação da decisão que declarou a empresa HKA TECNO-LOGIA DO BRASIL LTDA como vencedora do item – 04, e para tanto, em suas razões assegura que:

a) A Recorrida desrespeitou o instrumento convocatório porque não apresentou a Declaração de Responsabilidade Ambiental, ANEXO – IV do Edital, e afirma ainda que o desenvolvimento sustentável deve ser um dos princípios norteadores das licitações, assim como o princípio da isonomia e da proposta mais vantajosa.

b) Alega ainda que a Recorrida apresentou o Cartão CNPJ com validade vencida, visto que encaminhou um cartão emitido em 17/01/2022, e o edital exige que esse documento tenha prazo de validade de 90 (noventa) dias.

c) Afirma ainda que a Recorrida oferta em sua proposta um produto inferior ao exigido no Edital e Termo de Referência, visto que seu produto possui o Formato de Projecção de 4;3 enquanto que o Termo de Referência estabelece padrão de 16:9.

d) A Recorrente garante que a Recorrida não apresentou provas de que seu equipamento possui o Soft Educacional exigido no Termo de Referência.

e) Cita ainda a Recorrente em sua última alegação, algumas informações sobre Soft Educacional, envolvendo considerações de uma Prefeitura, mas não indica qual Prefeitura, além de o texto apresentar uma série de erros de concordância, regência, etc., completamente sem nexo, que infelizmente não conseguimos entender o que queria explicar ou questionar.

**IV - DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA PELA RECORRIDA:**

A empresa a recorrida justifica-se em sua contrarrazão que encaminhou e-mail a sua Declaração de Responsabilidade Ambiental.

Com relação à alegação de que encaminhou Cartão CNPJ com validade vencida, informa que seu cartão CNPJ está devidamente atualizado e que este não possui prazo de validade.

Garante ainda que seu produto atende a todas as exigências estabelecidas no Termo de Referência, e para quem desejar consultar, informa o telefone, e-mail e site do fabricante do produto que ofertou.

**V - ANÁLISE DO RECURSO:**

De início, cumpre ressaltar que as razões apresentadas no recurso da recorrente são legais e estão inteiramente amparadas na legislação brasileira no que se refere ao direito pleiteado.

**VI – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:**

A Lei 8.666/93, no seu art. 41, dispõe de regra segundo a qual a administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente ligada, com efeito:

“Art. 41 – A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital a que se acha estritamente vinculada”.

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia de segurança do administrador e dos administrados. Isto significa garantir que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos, caso contrário, se a regra fixada não é respeitada o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa e judicial.

**VII – DO JULGAMENTO DO RECURSO:**

Diante das informações apresentadas no recurso da recorrente, na contrarrazão da recorrida, e objetivando tomar a decisão mais justa e correta para preservar os princípios da competitividade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, pregoeiro e equipe de apoio realizaram diligência através de contatos telefônicos e pesquisas nos sites das empresas Techlumes Ltda - fabricante do produto ofertado pela Recorrida no item – 04, no site da empresa Quinyx Technology Company – fabricante do produto ofertado pela Recorrente – 18 Gigas Comércio de Equipamentos LTDA, classificada em segundo lugar no neste pregão, e no site da própria Recorrente -

18 Gigas Comércio de Equipamentos LTDA, onde encontramos informações do produto ofertado por ela neste certame.

Após o encerramento da diligência, foram analisados os argumentos apresentados na razão do recurso da Recorrente, na contrarrazão apresentada pela Recorrida e comparados com as informações obtidas durante a diligência, objetivando com isso cumprir de forma mais fiel e rigorosa possível as exigências estabelecidas no edital e no termo de referência, e então chegou-se às seguintes conclusões:

Iniciando os argumentos no recurso apresentado, a Recorrente já demonstra total falta de conhecimento do conteúdo do edital ao acusar que a Recorrida apresentou um Cartão CNPJ com validade vencida porque este foi emitido em 17/01/2022, e o edital exige esse documento com validade de até 90 (noventa) dias, o que não é verdade porque em nenhum item o edital faz exigência com relação à validade de Cartão CNPJ.

O único documento exigido no edital com data de emissão de até 90 (noventa) dias, é a Certidão Negativa de Falência e Concordata, e não o Cartão CNPJ. E mesmo quando acontece de um licitante encaminhar essa Certidão com a validade vencida, é obrigação do pregoeiro verificar se há no SICAF dessa licitante uma outra Certidão com validade atualizada, e somente em último caso é que o pregoeiro pede ao licitante outra Certidão com validade atualizada. Mas Cartão CNPJ com validade de 90 (noventa) dias, nem edital e nem Termo de Referência exigem.

Continuando, a Recorrente exige a desclassificação da Recorrida por esta não haver apresentado junto com os demais documentos a Declaração de Responsabilidade Ambiental – ANEXO – IV do Edital, o que também não é verdade, haja vista que a Recorrida deve ter observado que não havia encaminhado esse documento junto com os demais documentos e corrigiu a falha encaminhando essa Declaração via e-mail no dia 29 de março, coisa que nem deveria se preocupar, visto que a apresentação dessa certidão só será exigida do licitante no ato da assinatura da ARP ou Contrato.

Sobre esta Declaração de Responsabilidade Ambiental, é oportuno esclarecer dois pontos a respeito de sua apresentação:

a) Nos procedimentos licitatórios deste Instituto Federal, a Declaração de responsabilidade Ambiental só é exigida do licitante no ato de assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato, e não durante o pregão. Esse procedimento tem como objetivo dar condições ao Fiscal ou Gestor de Contratos, de exigir do fornecedor o cumprimento das exigências de responsabilidades ambientais estabelecidas no edital e assumidas por ele durante o Certame. Portanto o fato do licitante não ter apresentado durante o Pregão, não gera motivo para desclassificação de proposta, haja vista que no momento oportuno essa Declaração será exigida.

b) Aquelas licitantes que encaminham a Declaração de Responsabilidade Ambiental junto com as propostas e documentos de habilitação, não tem problema nenhum. Essas propostas são anexadas ao processo normalmente, e quando se chega à fase de assinatura das Atas ou Contratos ela não será mais exigida porque já constam no processo.

Prosseguindo com as alegações, a Recorrente acusa que as características do objeto ofertado pela Recorrida no Item – 4, não atende às exigências do Termo de Referência, e que isto gera danos ao erário público e à administração, alegação essa que também não se sustenta devido duas situações que elencamos abaixo:

a) Na proposta apresentada pela Recorrida, a descrição do objeto ofertado no item – 4 está exatamente igual às exigências do Termo de Referência, o que por si só já compromete essa licitante a fornecer o produto com essas características, haja vista que ele vai assinar um documento (ARP ou CONTRATO) onde assume o compromisso de fornecer o produto de acordo com as exigências do edital, do termo de referência e da proposta apresentada por ela. Independente do Catálogo que encaminhou como ilustração.

b) A Recorrente enfatiza muito a alegação de que o produto ofertado pela Recorrida não atende às exigências do Termo de Referência, porque o parâmetro de propagação exigido no TR é de 16:9, e o modelo ofertado na proposta da Recorrida é de um equipamento com parâmetro de propagação de 4:3.

c) Na diligência realizada junto à empresa Techlumes Ltda, fabricante do produto ofertado pela Recorrida no item – 04, obtivemos a informação de que ela fabrica qualquer produto com qualquer padrão de propagação, bastando apenas que o(a) interessado(a) no ato da encomenda informe a configuração que deseja, o que significa que a Recorrida pode adquirir o produto com o padrão de Projeção de 16:9 exigido no Termo de Referência quando a compra for realizada pelo IFAP.

d) Ainda durante a diligência, analisamos a proposta e a documentação encaminhada pela própria Recorrente e constatamos que o produto ofertado em sua proposta, apresenta as mesmas características de projeção que ela condena no produto da Recorrida, isto é: 4:3, o que pode ser comprovado tanto no catálogo encaminhado por ela junto da proposta, como no seu próprio site: [www.18gigas.com.br](http://www.18gigas.com.br). Isso nos leva a deduzir que este recurso é meramente protelatório “ou” então de má fé, com o único objetivo de desclassificar a proposta de outra licitante para ofertar o seu exatamente com as mesmas características.

e) A Recorrente alega ainda que a Recorrida não apresentou comprovação de que seu equipamento disponibiliza o soft educacional exigido, fato este que também não tem fundamento porque o Termo de Referência exige apenas “LOUSA DIGITAL incluindo Soft Educacional”, não especifica nenhum soft e nem exige comprovação.

f) Finalizando as alegações, a Recorrente faz uma série de comentários relacionado a soft educacional. Entretanto, a redação do texto com essa parte do recurso é tão confusa e ruim que infelizmente não conseguimos entender o que ela queria dizer, para poder responder. O texto envolve até o entendimento de uma Prefeitura, além de cometer muitos outros erros de concordância, regência, pontuação, enfim, completamente sem nexo. A certeza que temos, é que esse texto do recurso também não gera motivo para desclassificação da proposta da Recorrida.

VIII – DA DECISÃO:

Pelos argumentos apresentados no recurso da recorrente, na contrarrazão da recorrida, nas informações e provas obtidas durante a diligência, e principalmente com amparo nas regras estabelecidas no instrumento convocatório, o qual encontra-se estritamente de acordo com a legislação vigente, o pregoeiro reconhece o recurso apresentado para no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, com fundamento nos princípios da legalidade, moralidade, igualdade, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório, mantendo assim a empresa HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA como a vencedora do item – 04 deste certame.

Por fim, submete a presente decisão à apreciação da Autoridade Superior, para tomar ciência e providências que julgue cabíveis, conforme art. 27, do Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005.

Macapá-AP, 14 de abril de 2023.

---

Ariosto Tavares da Silva  
Pregoeiro

